

Safra Leasing S.A.

Arrendamento Mercantil

Demonstrações Contábeis Referentes ao
Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	8

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	9
4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	13
6 - CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	13
7 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	15
8 - OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS.....	16
9 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES.....	16
10 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	16
11 - TRIBUTOS	17
12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
13 - OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	18
14 - OUTRAS INFORMAÇÕES	18

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	20
---	-----------

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2018, bem como Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia brasileira tem mantido sua tendência de recuperação gradual. O último dado disponível refere-se ao terceiro trimestre de 2018, em que houve crescimento de 0,8% (considerando a variação trimestral já dessazonalizada). Foi o sétimo trimestre consecutivo de crescimento da economia brasileira.

No 4T18, o ritmo de crescimento econômico mostrou moderação, refletindo, sobretudo, a estabilidade da atividade industrial no período. A taxa de desemprego, que exibiu trajetória de gradual redução durante boa parte do ano, apresentou pequena elevação no último trimestre, encerrando 2018 em 12,2% (na série dessazonalizada), 0,2 ponto percentual abaixo do verificado no final de 2017. Por sua vez, a inflação manteve-se em patamar reduzido, encerrando o ano em 3,75%, significativamente abaixo do centro da meta para o ano (4,5%).

DESEMPENHO

Os ativos da Safra Leasing totalizaram R\$ 24,5 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representados basicamente por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R\$ 813 milhões em 31 de dezembro de 2018.

O *funding* das operações era composto por recursos de aceites e emissões de títulos no montante de R\$ 23,2 bilhões em 31 de dezembro de 2018, além de recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 22 milhões.

O Patrimônio Líquido da Safra Leasing atingiu R\$ 494 milhões em 31 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A administração agradece seus clientes pela confiança, preferência e fidelidade e, aos colaboradores, pelo empenho e dedicação que permitem obter os resultados alcançados.

Aprovado pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 31 de janeiro de 2019.

SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Notas	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		23.140.484	21.641.616
Disponibilidades	3(b) e 4	5.629	10.215
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3(c) e 5	16.007.542	15.397.353
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	7.124.126	6.226.797
Carteira própria		7.124.024	6.226.673
Instrumentos financeiros derivativos		102	124
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(5.774)	5.105
Operações de arrendamento a receber		258.050	310.432
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(252.379)	(290.087)
(Provisão para risco de crédito)		(11.445)	(15.240)
Outros créditos - Diversos	13(b)	8.678	1.841
Outros valores e bens - Despesas antecipadas	3(i)	283	305
NÃO CIRCULANTE		1.379.504	1.948.833
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		39.473	322.184
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	87	260.630
Carteira própria		-	260.502
Instrumentos financeiros derivativos		87	128
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	599	5.945
Operações de arrendamento a receber		274.578	361.477
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(268.542)	(337.785)
(Provisão para risco de crédito)		(5.437)	(17.747)
Outros créditos		38.787	55.609
Tributos diferidos	11(b-I)	22.812	30.942
Diversos	10(c)	15.975	24.667
INVESTIMENTOS - Participações em coligadas no país	3(g)	7	5
IMOBILIZADO DE USO - Outras imobilizações de uso	3(h)	12	25
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	3(f-II) e 7(a)	1.340.012	1.626.619
Bens arrendados		2.149.606	2.340.624
(Depreciações acumuladas)		(809.594)	(714.005)
TOTAL DO ATIVO		24.519.988	23.590.449

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Notas	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		20.224.551	11.762.863
Recursos de aceites e emissão de títulos	3(k) e 9	19.926.253	11.382.473
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	10.642	10.546
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	6.093	245
Outras obrigações		281.563	369.599
Sociais e estatutárias	12(b)	-	98
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	260.785	351.486
Fiscais e previdenciárias	3(l) e 11(d)	9.052	15.274
Diversas	13(b)	11.726	2.741
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.801.535	11.125.324
Recursos de aceites e emissão de títulos	3(k) e 9	3.317.649	10.465.317
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	11.324	20.696
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	1.659	6.396
Outras obrigações		470.903	632.915
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	277.489	409.280
Obrigações fiscais diferidas	3(n) e 11(b-II)	150.575	182.529
Provisões para contingências	3(l) e 10(c)	42.839	41.106
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	493.902	702.262
Capital social		384.205	384.205
Reservas de lucros		109.697	318.057
TOTAL DO PASSIVO		24.519.988	23.590.449

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	Notas	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		955.953	1.877.313	2.463.754
Operações de arrendamento mercantil		248.450	521.798	717.650
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		708.394	1.356.241	1.750.043
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1.199)	(1.313)	(4.929)
Outras receitas financeiras		308	587	990
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(911.634)	(1.781.217)	(2.290.934)
Operações de captação no mercado		(713.150)	(1.363.279)	(1.731.110)
Operações de empréstimos e repasses		(1.056)	(2.310)	(1.635)
Operações de arrendamento mercantil		(196.068)	(413.203)	(554.811)
Outras despesas financeiras	10(c)	(1.360)	(2.425)	(3.378)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		44.319	96.096	172.820
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		12.616	16.110	29.059
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(c)	3.589	2.855	9.491
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	7(d)	9.027	13.255	19.568
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		56.935	112.206	201.879
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(18.697)	(33.641)	(31.624)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		95	172	319
Despesas de pessoal	8(a)	(1.594)	(3.737)	(4.925)
Despesas administrativas	8(b)	(2.557)	(4.543)	(3.886)
Despesas tributárias	11(a-II)	(6.220)	(13.407)	(16.948)
Outras receitas operacionais		400	1.011	3.746
Outras despesas operacionais	10(c)	(8.821)	(13.137)	(9.930)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		38.238	78.565	170.255
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(n) e 11(a-I)	(7.254)	(24.226)	(72.385)
LUCRO LÍQUIDO		30.984	54.339	97.870
Lucro líquido por ação - R\$		0,22	0,38	0,68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 12
EM MILHARES DE REAIS

	Capital realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017	384.205	220.285	-	604.490
Lucro líquido no período	-	-	97.870	97.870
Destinações:				
Reserva especial	-	97.772	(97.772)	-
Dividendos	-	-	(98)	(98)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	384.205	318.057	-	702.262
Lucro líquido no período	-	-	54.339	54.339
Destinações:				
Dividendos	-	(208.360)	(32.542)	(240.902)
Juros sobre capital próprio	-	-	(21.797)	(21.797)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	384.205	109.697	-	493.902
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2018	384.205	100.510	-	484.715
Lucro líquido no período	-	-	30.984	30.984
Destinações:				
Reserva especial	-	9.187	(9.187)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(21.797)	(21.797)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	384.205	109.697	-	493.902

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS

	Notas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		11.526	81.168
Lucro líquido dos períodos		54.339	97.870
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações		13	14
(Reversões)/Provisões de risco de crédito	7(c)	(16.105)	(33.600)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.855)	(9.491)
Baixas a prejuízo		(13.250)	(24.109)
Provisões para contingências	10(c)	9.258	9.468
Cíveis e trabalhistas		802	1.884
Fiscais, previdenciárias e obrigações legais		8.456	7.584
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	24.226	72.385
Impostos pagos		(60.205)	(64.969)
Corrente		(52.680)	(58.669)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	10(c)	(7.525)	(6.300)
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		6.896.744	(3.701.835)
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		5.535.701	(6.665.220)
Em Aplicações interfinanceiras de liquidez		(610.189)	(6.139.945)
Em Títulos e valores mobiliários (líquido)		6.013.210	(735.576)
Títulos para negociação (ativo)		6.011.543	(613.406)
Títulos disponíveis para venda (ativo)		1.667	(122.170)
Em Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)		1.174	7.004
Em Operações de arrendamento mercantil		96.443	194.806
Em Outros créditos e outros valores e bens		35.063	8.491
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS		1.361.043	2.963.385
Em Recursos de aceites e emissão de títulos		1.396.112	2.968.817
Em Obrigações por repasses		(9.276)	12.476
Em Fiscais e previdenciárias		(6.222)	(5.429)
Em Obrigações fiscais diferidas		(31.954)	5.606
Em Outras obrigações		12.383	(18.085)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.908.270	(3.620.667)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	12(b)	(262.797)	(65)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(262.797)	(65)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		6.645.473	(3.620.732)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	4	206.528	3.827.260
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	6.852.001	206.528
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		6.645.473	(3.620.732)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia e/ou Safra Leasing") é uma sociedade anônima, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.12.2018, foi aprovado o pedido de cancelamento do registro na Categoria "B" da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sendo que, a Companhia obteve a anuência prévia da totalidade dos titulares das debêntures em circulação, conforme Assembleias Gerais de Debenturistas das 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Emissão Pública de Debêntures, realizadas em 20.12.2018. A Companhia comunicou ao mercado em geral, em 21.12.2018, a aprovação do referido pedido de cancelamento. Em 17.01.2019, a CVM concedeu a decisão favorável pelo cancelamento do registro da Companhia na Categoria "B", nos termos do Ofício CVM nº 10/2019/CVM/SEP/GEA-1, e foi divulgado na folha de São Paulo em cumprimento ao disposto no Artigo 2º, inciso VI da Instrução CVM nº 358/2002, bem como o Artigo 51 da Instrução CVM nº 480/2009.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pelo Conselho de Administração em 31.01.2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A partir de dezembro de 2018, para demonstrar a essência econômica das transações, as receitas das operações são apresentadas líquidas de seu custo direto. Desta forma, os custos operacionais foram reclassificados do Grupo "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" e apresentados no Grupo "Resultado Bruto da Intermediação Financeira" na Demonstração do Resultado, e não afetam o lucro líquido divulgado anteriormente. O montante reclassificado no período de 2017 totaliza R\$ 5.958 e está substancialmente representado por custos com recuperação e com originação e manutenção de crédito.

b) Moeda funcional da Companhia

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Fluxos de Caixa

I- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

II- Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que:

- Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. Inclui as captações efetuadas para financiar operações de intermediação financeira e outras atividades operacionais típicas de instituições financeiras;
- Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. As operações de arrendamento mercantil são consideradas pelo método do valor presente financeiro.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Demonstradas pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, calculados "*pro rata temporis*".

d) Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("*accrued*") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos ("*accrued*").

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Safra, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para administrar a exposição global de risco são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado.

f) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria MF nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I - Arrendamentos a Receber e Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil

Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.

II - Imobilizado de Arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: (i) veículos e afins - 20% a 28,5%; (ii) máquinas e equipamentos e outros bens - 10% a 20%; e (iii) aeronaves - 10% a 20%, sendo que 10% para aviões a jato de carreira, 14,3% avião a jato executivo e 20% avião convencional, bimotor, monomotor e multimotor.

III - Valor residual garantido – VRG

O VRG é registrado pelo valor contratual, em contrapartida a conta retificadora de valor residual a balancear. As parcelas de VRG recebidas antecipadamente são registradas na rubrica Outras obrigações – Credores por antecipação de valor residual - VRG.

IV - Perdas em Arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados, quando efetuados aos próprios arrendatários, são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens, deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento.

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/1989, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil.

VI - Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "*pro ratatemporis*" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança.

Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas à sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros.

O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. Eventual receita é reconhecida somente por ocasião da venda do bem não de uso (regime de caixa).

A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras.

Além disso, a Safra Leasing considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios destinados à manutenção das atividades da entidade ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. São reconhecidos pelo valor de custo, líquidos das respectivas depreciações acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment"). Tais depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: instalações - 10% e veículos - 20%.

i) Outros valores e bens

São compostos por despesas antecipadas, que correspondem às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2018 e 31.12.2017.

k) Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata temporis".

Os custos de transação incorridos, referem-se basicamente a valores pagos a terceiros pelo serviço de intermediação, colocação e distribuição de títulos de emissão própria. São contabilizados como redutores dos títulos e são apropriadas, "pro rata temporis", para a adequada conta de despesa.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

I - Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

II - Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

III - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais pelas quais sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor.

Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Benefícios a empregados

Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, recepcionado através da Resolução CMN nº 4.424/2015, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Safra Leasing não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

n) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ⁽¹⁾	15,00% - 20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

⁽¹⁾ A Lei nº 13.169, de 06.10.2015, alterou temporariamente a alíquota de Contribuição Social aplicável às instituições financeiras e assemelhadas, de 15% para 20% no período compreendido entre 01.09.2015 a 31.12.2018. A partir de 01.01.2019, a alíquota aplicável voltou a ser de 15%. Como resultado da majoração temporária da alíquota de contribuição social, os impostos correntes foram calculados à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015 até 31.12.2018. A Safra Leasing não havia reconhecido o efeito do aumento de 5% da alíquota sobre a constituição de seu crédito tributário.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD Mínima Requerida), e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, são atendidos.

Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) créditos tributários e (v) provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferente dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	5.629	10.215
Cotas de fundos de investimento exclusivo – Nota 6(a)	6.846.372	196.313
Total	6.852.001	206.528

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representado por operações com vencimento até 365 dias referentes a aplicações em depósitos interfinanceiros no valor de R\$ 16.007.542 (R\$ 15.397.353 em 31.12.2017) – Nota 13(b).

6 - CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira

	31.12.2018						31.12.2017
	Valores por prazos de vencimentos						
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Títulos para negociação - Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾ – Nota 4	6.846.372	-	6.846.372	6.846.372	-	-	6.207.856
Títulos disponíveis para venda – Títulos privados	277.652	-	277.652	21.021	256.631	-	279.319
Debêntures	94.996	-	94.996	-	94.996	-	91.300
Notas promissórias	182.656	-	182.656	21.021	161.635	-	188.019
Instrumentos financeiros derivativos – Swap valor a receber ⁽¹⁾	108	81	189	42	60	87	252
Total do Ativo em 31.12.2018	7.124.132	81	7.124.213	6.867.435	256.691	87	6.487.427
Total do Ativo em 31.12.2017	6.487.609	(182)	6.487.427	6.209.064	17.733	260.630	
Títulos para negociação - Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	6.207.856	-	6.207.856	6.207.856	-	-	
Títulos disponíveis para venda - Títulos privados	279.319	-	279.319	1.090	17.727	260.502	
Instrumentos financeiros derivativos – Swap valor a receber ⁽¹⁾	434	(182)	252	118	6	128	
	31.12.2018						31.12.2017
	Valores por prazos de vencimentos						
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Instrumentos financeiros derivativos – Swap valor a pagar ⁽¹⁾	(5.701)	(2.051)	(7.752)	(187)	(5.906)	(1.659)	(6.641)
Total do Passivo em 31.12.2018	(5.701)	(2.051)	(7.752)	(187)	(5.906)	(1.659)	(6.641)
Total do Passivo em 31.12.2017	(1.055)	(5.586)	(6.641)	(57)	(188)	(6.396)	

⁽¹⁾ Refere-se a operações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). ⁽²⁾ Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo administrados pelas empresas do Grupo Safra – Nota 13(b), cuja carteira proporcional está assim distribuída:

Títulos para negociação	31.12.2018	31.12.2017
Letras do Tesouro Nacional	1.102.871	1.906.504
Letras Financeiras do Tesouro	4.324.385	2.976.755
Certificado de depósito bancário	1.207.717	1.126.205
Operações Compromissadas - Títulos Públicos	211.399	196.313
Outros	-	2.079
Total – Nota 4	6.846.372	6.207.856

b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por Valor Referencial

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pela Safra Leasing na administração diária dos riscos assumidos em suas operações.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

- Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de operações contratadas junto a clientes ou contrapartes.
- Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.
- Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As posições da Safra Leasing são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (valor em risco) com intervalo de confiança de 99%, testes de estresse, backtesting e demais recursos técnicos. O Grupo possui um Comitê de Risco de Mercado, composto por executivos do alto escalão, que se reúne semanalmente, com foco principal na discussão de conjuntura econômica, e um Comitê de Riscos e Tesouraria, com participação de membros do Comitê Executivo, que se reúne trimestralmente para discutir de forma detalhada aspectos da gestão de Risco de Mercado, bem como revisar limites de risco, estratégias e resultados - Nota 14(a).

		31.12.2018				31.12.2017
	Locais de Negociação	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Referencial	Total Referencial
Swap – Taxa de juros	CETIP	3.287	69.256	11.359	83.902	102.814

7 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de arrendamento a valor presente:

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de arrendamento mercantil	11.707	44.037
Arrendamento a receber	532.628	671.909
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(520.921)	(627.872)
Valores residuais a realizar	507.289	481.196
Valores residuais a balancear	(507.289)	(481.196)
Imobilizado de arrendamento	1.340.012	1.626.619
Bens arrendados	2.149.606	2.340.624
Veículos e afins	884.996	1.178.942
Máquinas e equipamentos	845.614	745.088
Aeronaves	349.541	347.131
Outros	19.631	35.344
Perdas em arrendamentos a amortizar	49.824	34.119
Total de depreciação acumulada de bens arrendados	(809.594)	(714.005)
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.412.882)	(1.505.687)
Superveniência de depreciação	603.288	791.682
Credores por antecipação de valor residual – VRG	(538.274)	(760.766)
Total	813.445	909.890

b) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão:

Níveis de risco	31.12.2018										31.12.2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Arrendamento Mercantil	676.889	54.397	38.870	6.958	772	1.298	9.816	175	3.133	792.308	878.937
Finame Arrendamento	21.071	35	24	-	-	-	-	-	7	21.137	30.953
Total da carteira em 31.12.2018	697.960	54.432	38.894	6.958	772	1.298	9.816	175	3.140	813.445	909.890
Provisão em 31.12.2018	(3.420)	(538)	(1.163)	(697)	(232)	(648)	(6.870)	(174)	(3.140)	(16.882)	(32.987)
Total da carteira em 31.12.2017	749.308	101.206	14.900	8.178	6.933	1.194	12.648	999	14.524	909.890	
Provisão em 31.12.2017	(3.672)	(1.002)	(445)	(817)	(2.079)	(598)	(8.852)	(998)	(14.524)	(32.987)	

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2017
Saldo no início do período	(32.987)	(66.587)
(Constituição)/Reversão de provisão	2.855	9.491
Mínima Requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999) - (Constituição)/Reversão	1.327	5.597
Adicional - (Constituição)/Reversão	1.528	3.894
Baixas a prejuízo	13.250	24.109
Saldo no final do período	(16.882)	(32.987)
Provisão mínima requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(9.888)	(24.465)
Provisão adicional	(6.994)	(8.522)

d) Recuperação de arrendamento mercantil

As recuperações de arrendamento mercantil no período foram de R\$ 13.255 (R\$ 19.568 em 2017).

e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações:

	31.12.2018	31.12.2017
CURSO ANORMAL ⁽¹⁾	4.923	29.622
Operações Vencidas:		
De 15 a 30 dias	1.017	6.232
De 31 a 60 dias	1.190	9.172
De 61 a 90 dias	691	6.031
De 91 a 180 dias	859	3.243
De 181 a 365 dias	1.166	4.944
CURSO NORMAL ⁽²⁾	808.522	880.268
Parcelas Vencidas – Vencidos até 14 dias	3.000	3.467
Parcelas Vincendas:		
De 01 a 30 dias	34.185	37.999
De 31 a 60 dias	38.893	40.905
De 61 a 90 dias	33.183	35.345
De 91 a 180 dias	98.139	103.601
De 181 a 365 dias	184.494	183.661
Acima de 365 dias	416.628	475.290
TOTAL	813.445	909.890

⁽¹⁾ Curso Anormal – Operações vencidas há mais de 14 dias. ⁽²⁾ Curso Normal – Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas ("Non Accrual"), monta em R\$ 2.716 (R\$ 14.218 em 31.12.2017).

f) Distribuição da carteira por ramo de atividade:

	31.12.2018	31.12.2017
Setor Privado:		
Outros Serviços	476.991	515.746
Comércio	208.297	161.434
Indústria	64.472	51.031
Pessoas Físicas	29.204	116.697
Rural	21.711	23.117
Habitação	12.770	41.865
Total	813.445	909.890

8 - OUTRAS CONTAS

a) Despesas de pessoal

Representadas substancialmente por Remuneração e participação nos resultados no montante de R\$ (2.482) (R\$ (3.465) em 2017).

b) Despesas administrativas

Representadas substancialmente por Serviços do Sistema Financeiro e de Terceiros no montante de R\$ (2.551) (R\$ (2.380) em 2017) e Instalações e aluguéis no montante de R\$ (682) (R\$ (881) em 2017).

9 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31.12.2018			31.12.2017	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de aceites e emissões de títulos ⁽¹⁾	6.564.476	13.361.777	3.317.649	23.243.902	21.847.790
Letras de arrendamento Mercantil	6.564.476	13.361.777	2.969.593	22.895.846	8.459.504
Debêntures - Nota 13(b) ⁽²⁾	-	-	348.056	348.056	13.388.286
Repasse no país – FINAME	2.889	7.753	11.324	21.966	31.242
Total em 31.12.2018	6.567.365	13.369.530	3.328.973	23.265.868	21.879.032
Total em 31.12.2017	3.650.065	7.742.954	10.486.013	21.879.032	

⁽¹⁾ Operações indexadas, basicamente, a taxa de CDI. ⁽²⁾ Deste montante, R\$ 36.365.095 (R\$ 26.027.683 em 31.12.2017) encontra-se em carteira.

10 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Não há ativos contingentes a serem divulgados.

b) Passivos Contingentes: As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas:

	01.01 a 31.12.2018				01.01 a 31.12.2017
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias ⁽⁴⁾	Total	Total
Saldo no início do período	16.032	640	24.434	41.106	37.938
Atualização / Encargos ⁽¹⁾	523	60	945	1.528	2.159
Movimentação do período Refletida no Resultado ⁽²⁾	5.669	(43)	7.511	13.137	9.424
Constituição / (Reversão)	5.939	(43)	7.511	13.407	9.899
Reversão por êxito	(270)	-	-	(270)	(475)
Pagamento ⁽³⁾	(5.314)	(93)	(7.525)	(12.932)	(8.415)
Saldo no final do período	16.910	564	25.365	42.839	41.106
Depósitos em Garantia de Recursos-31.12.2018	6.777	179	9.019	15.975	
Depósitos em Garantia de Recursos-31.12.2017	6.994	914	16.759	24.667	

⁽¹⁾ Registrado em "Outras despesas financeiras". ⁽²⁾ Registradas em "Outras despesas operacionais". ⁽³⁾ Representada, substancialmente, pelo pagamento de contingência do IPVA. ⁽⁴⁾ A principal ação Fiscal e Previdenciária refere-se a processos onde se discutem as origens dos impostos compensados.

O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecido, é de R\$ 975 (R\$ 4.665 em 31.12.2017). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

11 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	78.565	170.255
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes – Nota 3(n)	(35.354)	(76.615)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	11.128	4.229
Juros sobre capital próprio	9.809	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(31)	(146)
Crédito tributário não reconhecido e outros	1.350	4.375
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(24.226)	(72.385)

II. Despesas tributárias

Estão compostas por ISS no montante de R\$ (7.908) (R\$ (9.187) em 2017) e PIS/COFINS no montante de R\$ (5.499) (R\$ (7.550) em 2017).

b) Tributos Diferidos

I. Origem dos tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social

	Saldo em 01.01.2018	Constituição /(Reversão)	Saldo em 31.12.2018
Provisões para contingências – Nota 10(c)	16.443	692	17.135
Provisão de risco de crédito	12.027	(7.210)	4.817
Outros	2.472	(1.612)	860
Total dos tributos diferidos em 31.12.2018 – Nota 11(c)	30.942	(8.130)	22.812
Total dos tributos diferidos em 31.12.2017 – Nota 11(c)	41.997	(11.055)	30.942

O saldo de tributos diferidos sobre diferenças temporárias, não reconhecidos à alíquota de 40%, monta a importância de R\$ 2.797 (R\$ 3.409 em 31.12.2017), e decorrem da constituição de PDD Adicional.

II. Obrigações fiscais diferidas

	31.12.2018	31.12.2017
Superveniência de depreciação, líquido do crédito tributário oriundo do prejuízo fiscal ocasionado pela exclusão da receita de superveniência de depreciação	149.048	179.556
Outros	1.527	2.973
Total ⁽¹⁾	150.575	182.529

⁽¹⁾Registradas em "Outras obrigações".

c) Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência

Exercício de realização	Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Nota 11 (b-II)	Tributos Diferidos Líquidos
2019	2.964	(22.788)	(19.824)
2020	5.002	(11.968)	(6.966)
2021	2.703	(13.134)	(10.431)
2022	8.572	(16.962)	(8.390)
2023	2.266	(14.542)	(12.276)
2024 a 2028	1.305	(71.181)	(69.876)
Total	22.812	(150.575)	(127.763)
Valor Presente ⁽¹⁾	20.012	(120.611)	(100.599)

⁽¹⁾Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

O estudo técnico de realização dos tributos diferidos, elaborado nos termos do art. 6º da Resolução CMN nº 3.059/2002, é reavaliado semestralmente.

d) Obrigações fiscais e previdenciárias

Representadas substancialmente por impostos e contribuições sobre o lucro a pagar no montante de R\$ 8.031 (R\$ 14.481 em 31.12.2017).

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social da Safra Leasing está representado por 143.790.014 (143.790.014 em 31.12.2017) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Participação acionária integral do Banco Safra S.A.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente as ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29.01.2018, foram deliberados e pagos dividendos no montante de R\$ 241.000, contemplando o dividendo mínimo obrigatório de 2017 no montante de R\$ 98.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31.08.2018 foi aprovado e pagos Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 21.797.

c) Reservas de lucros

	31.12.2018	31.12.2017
Reservas de lucros	109.697	318.057
Legal	76.841	76.841
Especial ⁽¹⁾	32.856	241.216

⁽¹⁾ Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

d) Ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros e Resultado abrangente:

Não existe ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda, conforme Nota 6(a), portanto, o resultado abrangente é igual ao lucro líquido.

13 - OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em Atos Societários realizados em 2018, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 2017), vigente até a data-base, tendo sido pago no período o montante de R\$ (1.424) (R\$ (1.833) em 2017).

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução CMN nº 3.750/2009. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Disponibilidades – Nota 4 ⁽¹⁾	5.629	10.215	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Nota 5	16.007.542	15.397.353	937.092	1.138.329
Banco J. Safra S.A.	6.742.615	8.620.747	666.531	860.969
Banco Safra S.A.	9.264.927	6.776.606	270.561	277.360
Valores a receber/(a pagar) ⁽¹⁾	(2.480)	1.191	-	-
A receber	8.605	1.191	-	-
A pagar – Distribuição de Letras de arrendamento mercantil	(11.085)	-	(17.299)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos – Nota 9	(473.314)	(8.458.504)	(164.270)	(1.300.858)
Debêntures	(348.056)	(8.458.504)	(153.049)	(1.300.858)
Banco Safra S.A.	(347.121)	(8.458.588)	(153.020)	(1.300.759)
Demais empresas	(935)	(916)	(29)	(99)
Letras de arrendamento mercantil	(125.258)	-	(11.250)	-
Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - Swap – Nota 6(a) ⁽¹⁾	(7.563)	(6.389)	(1.313)	(4.929)
Sociais e Estatutárias - Dividendos a Pagar – Nota 12(b) ⁽¹⁾	-	(98)	-	-
Despesas de aluguéis	-	-	(506)	(477)

⁽¹⁾ Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador).

Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 6(a).

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos

A Safra Leasing através de seu controlador Banco Safra realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) estão disponíveis as informações relativas às estruturas de gerenciamento de riscos, estabelecido pela Circular Bacen nº 3.678/13 e a estrutura de gerenciamento de capital, normatizada pela Resolução CMN nº 4.557/17.

b) Comitê de auditoria

Conforme previsto na Resolução CMN nº. 3.198/2004, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site (www.safra.com.br).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Safrá Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Safrá Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safrá Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora suas informações contábeis com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo BACEN, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa nº 7.a) às demonstrações contábeis). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de "Ativos circulantes, realizável a longo prazo" e "Rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil", mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audítores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6